



Relatório/Produto Técnico Tecnológico

Propostas de ações para redução da informalidade no mercado de trabalho Sergipano

www.posgraduacao.ufs.br/profiap



Autores

Claudimir dos Santos Matos Junior¹

Kleber Fernandes de Oliveira²

1: Claudimir dos Santos Matos Junior (autor)

Mestre em Administração Pública pela Universidade Federal de Sergipe

Egresso do PROFIAP/UFS

E-mail: <claudimir.cm@gmail.com>

2: Prof. Dr. Kleber Fernandes de Oliveira (orientador)

Docente da Universidade Federal de Sergipe

E-mail: <koliveira@academico.ufs.br>

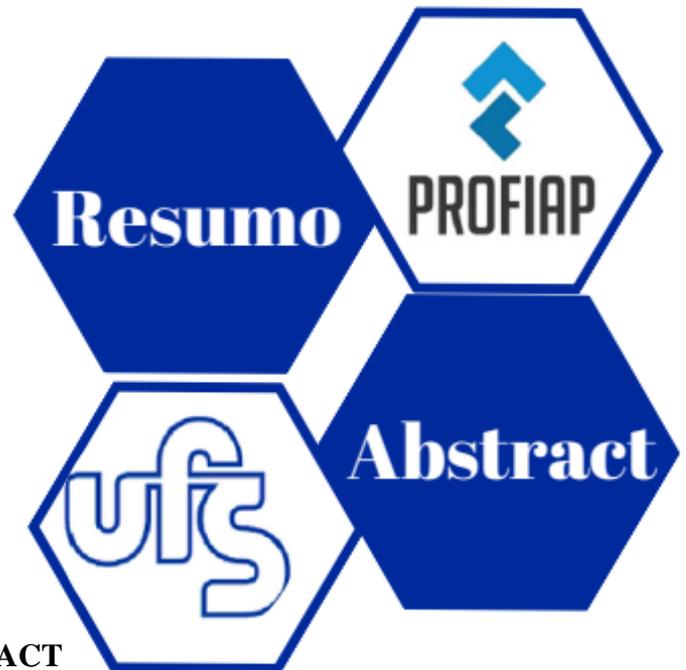
www.posgraduacao.ufs.br/profiap



RESUMO

As transformações sociais em todas as suas dimensões atingem também o mercado de trabalho que tem sido marcado pelo direcionamento de uma parcela significativa da população economicamente ativa para o desempenho de atividades laborais caracterizadas como informais. O estudo analisa quais as características da informalidade no mercado de trabalho sergipano entre os anos de 2012 e 2019. Desse modo, tem como objetivo analisar a informalidade do mercado de trabalho sergipano, com base nas variáveis sexo, nível de instrução, rendimento, posição na ocupação e grupamento de atividades econômicas, através de dados da PNAD Contínua no período de 2012 a 2019. O recorte temporal compreende os anos de 2012, 2015, 2017 e 2019, de modo a permitir uma comparação dos resultados a longo prazo, bem como a pesquisa realizada não trata do período da Pandemia do Covid-19, ou seja, as análises realizadas são referentes ao período pré-pandemia. O recorte espacial trabalhado no texto compreende o Estado de Sergipe, em virtude das taxas de desocupação e informalidade se mostrarem relevantes para a construção da pesquisa, de acordo aos dados do IBGE. Quanto à metodologia, a pesquisa pode ser considerada qualitativa, descritiva, exploratória, utilizando como método de análise de dados a estatística descritiva. Trata-se de pesquisa bibliográfica viabilizada por uma revisão da literatura na área de autores que trabalham o tema, e uma pesquisa documental. A análise da renda real mostra que o rendimento médio do trabalhador sergipano de carteira assinada, posicionou-se em movimento de queda no ano de 2019. Confirma a posição mais fragilizada da mulher no mercado de trabalho, seja pela sua inserção na informalidade ou pela percepção de menores salários mesmo quando detentoras de altos níveis de escolaridade. A principal contribuição do estudo se mostra na criação de um panorama que revela condições socioeconômicas importantes na criação de políticas públicas, uma vez que os resultados reforçam a necessidade de abordagem do tema, apresentando a informalidade como deletéria na economia sergipana, impactando diretamente a sociedade e a atuação dos agentes públicos. Dessa forma, a partir dos estudos realizados, foi possível apresentar um relatório técnico onde é apresentada uma recomendação de ações para melhora do panorama da informalidade.

Palavras-chave: Informalidade; Mercado de trabalho; Trabalhador informal



ABSTRACT

Social transformations in all their dimensions also affect the labor market, which has been marked by the direction of a significant portion of the economically active population to the performance of labor activities characterized as informal. The study analyzes what are the characteristics of informality in the labor market of Sergipe between the years 2012 and 2019. Thus, it aims to analyze the informality of the labor market in Sergipe, based on the variables gender, education level, income, position in occupation and grouping of economic activities, through data from PNAD Continuous in the period 2012 to 2019. The temporal cutout comprises the years 2012, 2015, 2017, and 2019, in order to allow a comparison of the results in the long term, as well as the research carried out does not deal with the Covid-19 Pandemic period, i.e., the analyses carried out refer to the pre-pandemic period. The spatial cutout worked on in the text includes the state of Sergipe, because the rates of unemployment and informality are relevant for the construction of the research, according to data from the IBGE. As for the methodology, the research can be considered qualitative, descriptive, exploratory, using descriptive statistics as a method of data analysis. This is a bibliographical research made possible by a review of literature in the area of authors who work on the theme, and a documentary research. The analysis of the real income shows that the average income of the sergipian worker with a signed portfolio, positioned itself in a downward movement in the year 2019. This confirms the weakened position of women in the labor market, either by their insertion in informality or by the perception of lower wages even when they have high levels of education. The main contribution of the study is shown in the creation of a panorama that reveals important socioeconomic conditions for the creation of public policies, once the results reinforce the need to address the theme, presenting informality as deleterious in the economy of Sergipe, directly impacting society and the performance of public agents. Thus, from the studies carried out, it was possible to present a technical report where a recommendation of actions to improve the informality panorama is presented.

Key words: Informality; Job market; Informal worker

1 TÍTULO

Mercado de trabalho em Sergipe: características da informalidade entre 2012 e 2019.

2 RESUMO

A agenda pública deve nortear os programas e os projetos a serem implementados pelos governantes. Por este motivo são observadas questões sociais que tenham a necessidade de serem resolvidas pelo poder público. O trabalho da governança deve se alinhar com as mudanças percebidas na sociedade, inclusive, no mercado de trabalho ponto cerne desse estudo.

Dessa forma, o presente relatório teve como objetivo realizar uma análise da informalidade do mercado de trabalho sergipano, por meio de uma análise estatística exploratória, com base nas variáveis sexo, nível de instrução, rendimento, posição na ocupação e grupamento de atividades econômicas. A análise de dados foi realizada nos anos de 2012 a 2019 utilizando a base de dados da PNAD Contínua, e as questões norteadoras da pesquisa são relacionadas ao dinamismo do mercado de trabalho e como se deu a informalidade ao longo do período analisado.

O estudo do mercado de trabalho informal mostrou-se um tema relevante, em decorrência do crescimento desse fenômeno a nível mundial, de modo que os efeitos são sentidos no âmbito nacional. Assim, surgiu o interesse em se fazer um recorte para o estudo do Estado de Sergipe, por apresentar elevados índices, geralmente acima da média de informalidade do Brasil e do Nordeste, de acordo com os dados do IBGE (2019), e por ser o local de instalação da universidade onde se desenvolve a pesquisa, de modo a permitir a produção de conhecimento capaz de oferecer um retorno social.

Para tanto, essa dissertação investigou os aspectos que caracterizaram a informalidade sergipana ao longo dos anos e a relação entre as variáveis de nível de instrução, ocupação, desocupação, rendimento e grupos de atividades econômicas da população disponível para o mercado de trabalho, de modo a ampliar o acervo científico diante de um tema pouco explorado.

No tocante aos aspectos metodológicos, a pesquisa pode ser considerada qualitativa, e a metodologia utilizada foi a estatística descritiva, tendo como finalidade delinear as características da população do mercado de trabalho sergipano. A pesquisa realizada também pode ser considerada exploratória, e quanto aos procedimentos pode ser considerada bibliográfica e documental. Os dados coletados utilizados no estudo basearam-se na PNAD Contínua do IBGE. Para observar possíveis mudanças analisou-se um recorte temporal de aproximadamente 8 anos.

A pesquisa conforme Gil (1999), pode ser definida como:

“o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema.”

Ainda para Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa pode ser considerada um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais. Justificou-se a realização de uma análise estatística exploratória e descritiva em decorrência de poucos trabalhos realizados com este intuito. Por meio desse tipo de análise é possível encontrar um panorama sobre o assunto abordado, de forma a encontrar temas que podem subsidiar futuras pesquisas.

Dessa forma a presente pesquisa consistiu em apresentar um panorama da informalidade no mercado de trabalho sergipano, utilizando como método de análise de dados a estatística descritiva, baseada nas variáveis sexo, nível de instrução, rendimento, posição na ocupação e grupos de atividade econômica. Segundo Magalhães (2000), a estatística descritiva busca descrever de forma resumida os dados de modo que se possa tirar conclusões sobre o objeto estudado

Destaca-se que as relações de trabalho atualmente existentes perpassam pela flexibilização e informalidade, que são as principais formas do trabalhador obter sustento em ambientes de dificuldades econômicas. O fato de o trabalhador ficar exposto às transformações socioeconômicas e depender quase exclusivamente do acaso ou das necessidades de serviço em épocas distintas, o coloca em situação de fragilidade e precariedade no mercado de trabalho de maneira perigosa, empurrando-o para a informalidade.

3 INSTITUIÇÕES

Governo do Estado de Sergipe e/ou municípios.

4 PÚBLICO-ALVO DA INICIATIVA

Gestores públicos dos municípios do Estado de Sergipe, e demais servidores envolvidos na definição de políticas públicas relacionadas a emprego, economia e desenvolvimento social.

5 DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

As formas de trabalho atualmente se perpassam muito pela flexibilização e informalidade, que é a principal forma do trabalhador obter sustento em ambientes de dificuldades econômicas. No Brasil, por exemplo, de acordo aos dados da PNAD Contínua (IBGE, 2019) no 1º trimestre de 2019, 38,3% das pessoas em idade de trabalhar foram classificadas como fora da força de trabalho (65,3 milhões). E a região Nordeste foi a que apresentou a maior parcela de pessoas fora da força de trabalho, obtendo um resultado de 45,5%, com a região Centro-Oeste (33,8%) com o menor percentual nesse índice.

Analisando os dados do Estado de Sergipe, tomando como base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, IBGE, verificou-se que o nível desocupação da sociedade sergipana foi de 15,5% no primeiro trimestre de 2019 (IBGE, 2019). E o percentual de pessoas ocupadas por conta própria ficou em 29,3% enquanto o percentual de pessoas com carteira assinada ficou em 60,9% (IBGE, 2019).

Os índices apresentados chamaram atenção devido a informalidade poder ser entendida como qualquer atividade exercida pelo trabalhador que seja desenvolvida por sua conta, tendo como características a ausência de direitos, falta de carteira assinada, baixa qualidade no trabalho, falta de proteção social e baixa desempenho.

O Estado de Sergipe, onde se assentou a pesquisa, identificou-se de acordo aos dados do 1º trimestre de 2019 da PNAD Contínua do IBGE, que as pessoas que se encontravam fora da força de trabalho somaram 771.000 pessoas, equivalente a 57,7% da população economicamente ativa do Estado. Enquanto a taxa de desocupação no mesmo período obteve um resultado de 163.000 pessoas, 15,5% dessa população. O resultado seguiu a mesma

tendência de resultados apresentados na região Nordeste, demonstrando o quanto a questão carece da atuação do poder público para minimizar esses índices.

Dessa maneira, observando as questões relacionadas às transformações sociais e econômicas, teve-se como problema da pesquisa a seguinte questão estabelecida: como tem se configurado o crescimento da informalidade no mercado de trabalho e quais as suas características?

6 OBJETIVOS

Analisar as características da informalidade do mercado de trabalho sergipano, de 2012 a 2019, conhecendo as suas características ao longo do período estudado.

6.1 – Objetivos Específicos

- Identificar as características dos trabalhadores informais do mercado de trabalho do Estado de Sergipe.
- Analisar as variáveis que demonstrem os postos de trabalho mais inseridos na informalidade;
- Observar as categorias de trabalhadores possíveis a migrarem para informalidade.

7 ANÁLISE / DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

Para efetuar a análise/diagnóstico da situação problema foram escolhidas as variáveis que possibilitassem observar possíveis relações entre elas. Dessa maneira a pesquisa utilizou os conceitos das variáveis que são aplicados pelo IBGE (2019), a saber:

- **Sexo**
Indica o sexo do morador, as pessoas são classificadas como homem ou mulher.
- **Nível de instrução**
As pessoas são classificadas de acordo ao nível de instrução alcançado, independentemente da duração dos cursos frequentados.
- **Pessoas em idade de trabalhar**
Pessoas de 14 anos ou mais de idade na data de referência.
- **Condição de Ocupação**

As pessoas em idade de trabalhar são classificadas, quanto à condição de ocupação na semana de referência, em ocupadas e desocupadas.

- *Pessoas Ocupadas*

São classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que, nesse período, trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios, ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou parente que reside em outro domicílio, ou, ainda, as que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana.

- *Pessoas Desocupadas*

São classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas sem trabalho em ocupação nessa semana que tomaram alguma providência efetiva para conseguir-lo no período de referência de 30 dias, e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência.

- **Condição em relação à força de trabalho**

Quanto à condição em relação à força de trabalho na semana de referência, como na força de trabalho e fora da força de trabalho.

- *Pessoas na força de trabalho*

As pessoas na força de trabalho na semana de referência compreendem as pessoas ocupadas e as pessoas desocupadas nesse período.

- *Pessoas fora da força de trabalho*

São classificadas como fora da força de trabalho na semana de referência as pessoas que não estavam ocupadas nem desocupadas nessa semana.

- **Rendimento Médio Real Habitual das Pessoas Ocupadas em Todos os Trabalhos**

É o rendimento bruto real médio habitualmente recebido em todos os trabalhos que as pessoas ocupadas com rendimento tinham na semana referência.

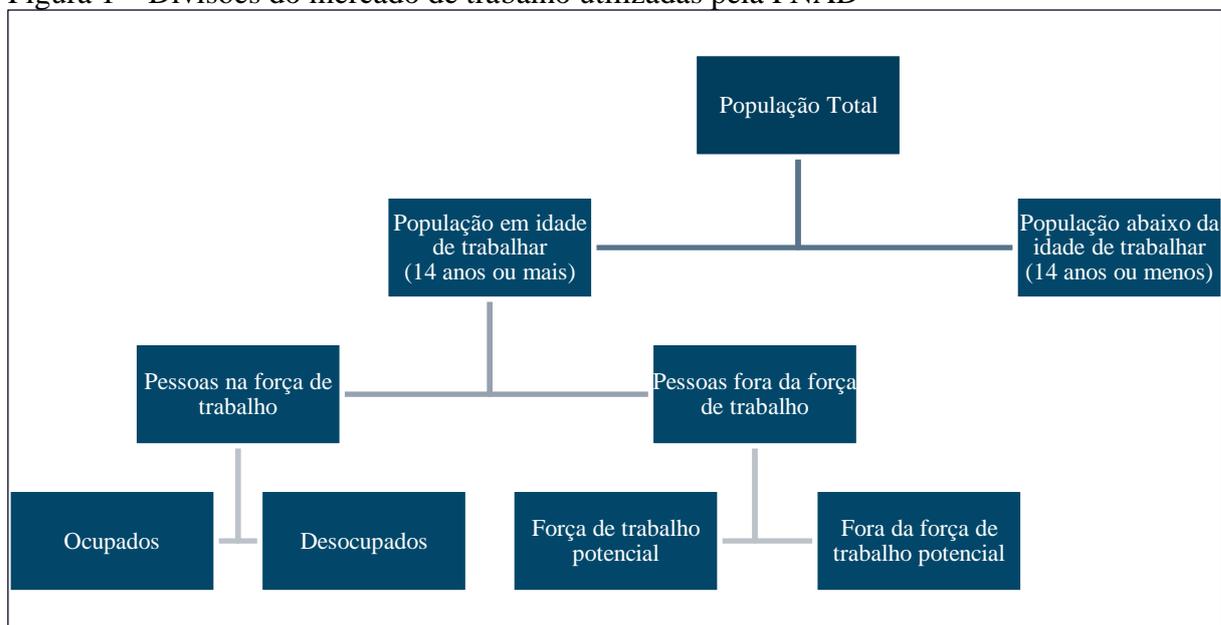
Entende-se que a diferença primordial entre os trabalhadores formais e informais diz respeito à posse de carteira assinada igualmente associado à contribuição previdenciária. Indica que as categorias informais correspondem aos empregados e trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada, trabalhadores por conta própria e empregadores que não contribuem para a previdência social.

Define-se o trabalhador informal como aquele que exerce atividade no setor privado sem carteira assinada, realiza atividade doméstica sem carteira assinada, empregador sem registro de CNPJ, trabalhador por conta própria que não recolhe à previdência e trabalhador familiar auxiliar (IBGE, 2021).

A ocupação é a relação de trabalho existente entre a pessoa e o empreendimento em que trabalhava (IBGE, 2021). A posição na ocupação também pode ser definida em função do contrato de trabalho acertado entre uma pessoa e a organização, realizado de maneira formal ou informal.

A Figura 1, apresenta as divisões utilizadas pela PNAD utilizadas na pesquisa sobre trabalho e rendimento.

Figura 1 – Divisões do mercado de trabalho utilizadas pela PNAD



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do manual metodológico da PNAD Contínua (IBGE)

A taxa de desemprego mostra-se como importante indicador socioeconômico pois pode demonstrar, ainda que indiretamente, como está a economia da região estudada.

O Gráfico 1, apresenta dados trimestrais referentes aos anos de 2012 a 2019, do mercado de trabalho de Sergipe, e demonstra três comportamentos:

- Primeiro período: entre o primeiro trimestre de 2012 e o terceiro trimestre de 2015 observa-se a taxa caracterizada pelo relativo nível de baixa desocupação,

reduzindo o percentual de quase 10,5% do primeiro trimestre de 2012 para 8,7% no primeiro trimestre de 2015.

- Segundo período: nota-se um aumento expressivo na taxa de desocupação no quarto trimestre de 2015, com o percentual de 10,1%, marcado por uma contínua elevação do índice até o quarto trimestre de 2017, alcançando o patamar de 13,6%.
- Terceiro período: percebe-se um movimento de queda dos percentuais de desocupação a partir do quarto trimestre de 2018, atingindo 15,2% e mantendo certa estabilidade até o quarto trimestre de 2019, com uma taxa de 15,0%.

Gráfico 1 – Taxa de desocupação em Sergipe, 2012 a 2019 (%)



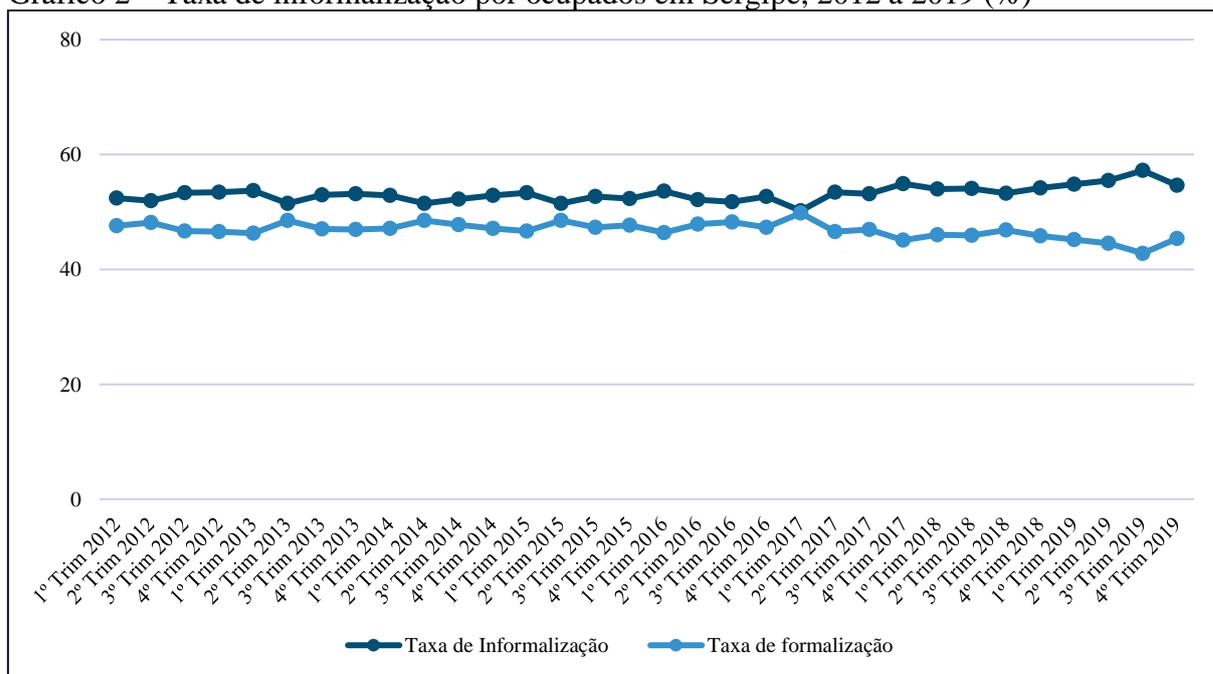
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE)

Estabelece-se um panorama interessante sobre a taxa de desocupação no mercado de trabalho de Sergipe, onde, a partir do exposto, verifica-se que o mercado de trabalho sergipano mantinha um patamar razoavelmente estável de 2012 a 2015. A partir de então, sofreu um aumento contínuo do número de desempregados, onde observa-se uma queda nos três trimestres seguintes e uma retomada do crescimento do índice até o terceiro trimestre de 2018, quando se verificou o maior percentual da taxa de desocupação, ficando em 17,6%, quando voltou a manter um patamar de estabilidade. Entretanto, a estabilidade observada corresponde a um percentual mantido no patamar de 15% de desocupados, diferente dos 10,2% e até mesmo 8,7% observados outrora.

A análise dos dados relativos aos distintos setores econômicos mostrou que a ocupação informal está presente em diversas atividades econômicas, e se conecta com atividades formais, participando da sua dinâmica de desenvolvimento.

O Gráfico 2 evidencia a persistência da informalidade em Sergipe sempre superior a 50% dos ocupados, indicando a partir do terceiro trimestre de 2017 uma tendência de alta.

Gráfico 2 – Taxa de informalização por ocupados em Sergipe, 2012 a 2019 (%)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE)

Com base nesses dados, pode-se dizer que a informalidade em Sergipe se caracteriza como estrutural, uma vez que o resultado da taxa de ocupados mostra-se inferior em todos os trimestres estudados. Como já mencionado, a informalidade não é algo novo no país, muito no menos no estado de Sergipe, contudo, o resultado demonstrado evidencia a necessidade de políticas públicas próprias para o combate da informalidade, diferente das que são utilizadas no combate ao desemprego de maneira geral.

Para o trabalhador, as consequências vão desde a perda de garantias da legislação trabalhista, recolhimento de impostos e outros benefícios. Para a gestão pública, dificulta as ações de planejamento, aumenta a preocupação com programas sociais e provoca um déficit na arrecadação justamente pelos impostos não recolhidos.

Na Tabela 1, pode-se observar que a população total do Estado de Sergipe cresceu do 1º trimestre de 2012 ao primeiro trimestre de 2019 em 148 mil pessoas. Um aumento interessante para o estado que manteve uma média no período estudado de 16,4 mil novos habitantes por ano

Tabela 1 – População por sexo, Sergipe, 1º trimestre, 2012, 2015, 2017 e 2019 (Mil pessoas)

Trimestre x Sexo	1º Trim. 2012	1º Trim. 2015	1º Trim. 2017	1º Trim.2019
Homens	1.062	1.085	1.093	1.103
Mulheres	1.081	1.123	1.157	1.189
Total	2.143	2.208	2.250	2.291

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE)

Observou-se um crescimento contínuo de mulheres sendo absorvidas para fora da força de trabalho ao longo dos anos no Estado de Sergipe. No início do estudo, os dados iniciais já demonstraram um desequilíbrio quanto ao fator sexo relacionado à inclusão na força de trabalho das mulheres. O que permitiu compreender a relação entre um maior percentual de participação fora da força de trabalho e a suscetibilidade das mulheres a fatores como informalidade, trabalho doméstico, trabalhos precários e condições adversas.

Quando feita a divisão desses números da população por sexo, verifica-se que o quantitativo de pessoas do sexo feminino manteve-se à frente no período estudado, com uma população de 1.189.000, representando cerca de 51,9% do resultado total. Algo que corrobora com os dados própria PNAD Contínua de 2019 quando informa que o número de mulheres no Brasil é superior ao número de homens, sendo a população brasileira composta por 48,2% de homens e 51,8% de mulheres (IBGE, 2019).

A porcentagem de distribuição da população por sexo no Estado de Sergipe segue o mesmo curso nacional, conforme dados coletados pelo IBGE. Evidente que as características sociais e econômicas de cada região traçarão diferenças em sua população, entretanto, essa primeira análise demonstra existir uma quantidade de mulheres maior do que a quantidade de homens, o que infere na possibilidade de maior participação de mulheres no mercado de trabalho.

Os dados da Tabela 2, evidenciam que o número de mulheres na força de trabalho é notadamente inferior ao de homens, demonstrando a importância de considerar a questão de gênero na definição de políticas públicas. A obtenção desses dados mostra-se relevante, portanto, como uma forma de exposição de um cenário passível de mudanças, mas, para isso

necessita do desenvolvimento de estratégias que visem a redução de possíveis desigualdades ou disparidades nos aspectos sociais da população.

Tabela 2 – Pessoas de 14 anos ou mais de idade, na força de trabalho e fora da força de trabalho, na semana de referência em Sergipe, 2012, 2015, 2017 e 2019 (Mil pessoas)

	Total		Na força de trabalho			Fora da força de trabalho		
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
2012	1.062	1.081	563	384	947	214	434	648
2015	1.085	1.123	611	430	1.041	218	446	664
2017	1.093	1.157	580	413	993	269	508	776
2019	1.103	1.189	599	464	1.063	251	481	732

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE)

As pessoas de 14 anos ou mais de idade na força de trabalho, na semana de referência, do estado de Sergipe, apresentam um número de mulheres superior ao número de homens nessa mesma faixa etária populacional, todavia, a participação delas na força de trabalho não obedece a mesma lógica. Destaque para o 1º trimestre de 2015, onde é percebida a maior diferença de participação entre homens e mulheres na força de trabalho, identificando-se um contingente de 135 mil pessoas do sexo masculino a mais do que pessoas do sexo feminino.

A comparação das duas tabelas (1 e 2), reforçou que as mulheres estão em situação de maior vulnerabilidade social e com maiores chances de ocuparem atividades informais. Essa análise apresentou um panorama de qual sexo fica mais exposto à informalidade e de como políticas públicas podem ser implementadas para atender a necessidade do público feminino que, por obter menores ganhos e ser maioria da população, acaba ocupando cargos com piores qualidades e normalmente sem proteção da legislação.

Dessa maneira, o mercado de trabalho de Sergipe aponta um crescimento nos trabalhadores sem carteira assinada, que exercem atividades no setor privado bem como atividades domésticas. Ainda evidencia um crescimento significativo nos trabalhadores por conta própria, quando comparados os resultados de 2012 a 2019. Dessa maneira, como incorporar essa mão de obra para a cobertura formal das relações de trabalho? Ou ainda, quais postos de trabalho são necessários para absorver os trabalhadores que atuam na informalidade?

Adiante, a Tabela 3 demonstra a posição da ocupação por categoria de trabalho principal, observando que a atividade realizada pelo trabalhador impacta diretamente na sua renda e qualidade de vida.

Tabela 3 – Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal, Sergipe, 1º trimestre, 2012, 2015, 2017 e 2019 (Mil pessoas)

Categorias	1º Trim. 2012	1º Trim. 2015	1º Trim. 2017	1º Trim. 2019
Empregados no setor privado				
com carteira assinada	234	268	243	233
sem carteira assinada	139	118	117	154
Trabalhador doméstico				
com carteira assinada	11	11	13	12
sem carteira assinada	41	39	32	45
Empregado no setor público				
com carteira assinada	25	13	14	12
sem carteira assinada	21	20	18	29
militares e estatutários	84	101	94	84
Empregador	29	33	33	35
Conta Própria	234	301	203	258
TOTAL	848	951	831	898

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE)

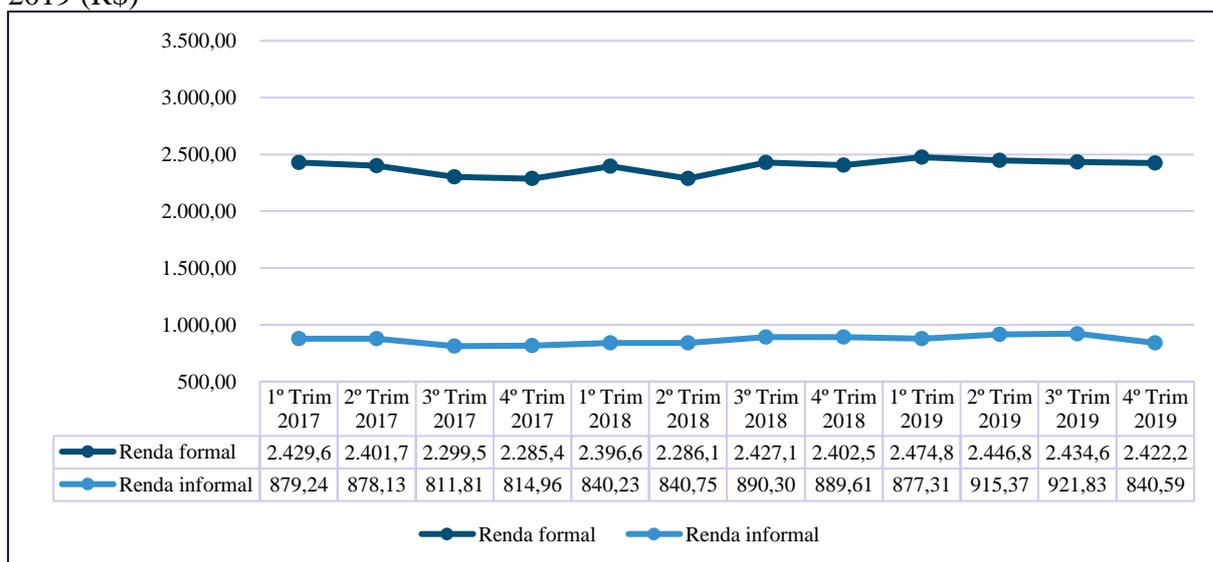
Verificam-se diferenças em relação às atividades econômicas ocupadas pela população. Por exemplo, os empregados do setor privado ocupam a principal posição no mercado de trabalho e, assim como o trabalhado doméstico, pode ser dividido em categorias “com carteira assinada” e “sem carteira assinada”.

O trabalhador doméstico sem carteira assinada teve uma queda no seu rendimento de 2012 a 2019, enquanto os militares e estatutários seguiram um padrão de aumento ao longo dos anos, enquanto os maiores rendimentos percebidos são dos trabalhadores com carteira assinada. Impressiona que o salário dessa categoria dobra do primeiro trimestre de 2012 ao primeiro trimestre de 2019, passando de R\$ 3.038,00 para R\$ 6.829,00 respectivamente.

Dessa forma, evidencia-se que informalidade em Sergipe é estrutural, uma vez que o resultado da taxa de ocupados mostra-se inferior em todos os trimestres estudados, evidenciado pelo número significativo de pessoas desocupadas e fora da força de trabalho. Portanto, a mudança dos trabalhadores para ocupações informais impacta diretamente na renda, qualidade de vida, e condição de empregabilidade. Assim, os dados apresentados demonstram a incapacidade da economia sergipana de gerar condições de ocupações informais para a população.

A diferença de renda mostra-se como um fator relevante na economia sergipana, pois, ainda que por uma percepção simplória os dados levem ao entendimento que a condição ocupada pelo trabalhador definirá seu salário, essa análise omite o problema estrutural básico da desigualdade na sociedade sergipana. O Gráfico 4 confirma a disparidade salarial existente entre os trabalhadores formais e informais. Os valores reais foram obtidos utilizando-se como índice o INPC, divulgado pelo IBGE e tem como base a data de referência da pesquisa.

Gráfico 4 – Renda trabalho formal x informal, Sergipe, 1º trimestre de 2017 a 4º trimestre de 2019 (R\$)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE)

Na Tabela 4 verifica-se os rendimentos médios do trabalhador por nível de instrução no mercado de trabalho sergipano, corrigidos pela inflação do período, utilizando o índice do IPCA.

Tabela 4 – Rendimento médio do trabalho principal, por nível de instrução, Sergipe, 1º trimestre, 2012, 2015, 2017 e 2019 (Reais)

Categorias	1º Trimestre 2012	1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2019
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	763	874	747	571
Ensino fundamental incompleto ou equivalente	977	1.041	934	864
Ensino fundamental completo ou equivalente	1.291	1.361	1.147	1.203
Ensino médio incompleto ou equivalente	1.342	1.089	1.168	1.058
Ensino médio completo ou equivalente	1.835	1.130	1.827	1.613
Ensino superior incompleto ou equivalente	2.907	2.274	1.844	2.432
Ensino superior completo ou equivalente	5.355	5.482	5.648	4.473

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE)

Verifica-se que o rendimento médio do trabalhador por nível de instrução apresentou uma proposição lógica no mercado de trabalho sergipano. Os trabalhadores que não possuíam instrução ou possuíam menos de um ano de estudo alcançaram os menores rendimentos.

O grupo de pessoas que possuíam nível superior completo ou equivalente apresentaram os melhores resultados. Entretanto observou-se uma lógica inversa, com valores para os níveis de escolaridade mais altos caindo de acordo com período estudado. De maneira geral, ocorreu um movimento de queda dos valores percebidos quando analisados os períodos de 2012 a 2019.

A Tabela 5 demonstra o percentual de pessoas com 14 anos de idade ou mais por sexo e nível de instrução verificados na semana de referência da pesquisa, no âmbito do estado de Sergipe.¹

Tabela 5 – Nível de instrução por sexo (%)

Categorias	2017		2019	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Sem instrução	9,5	9,5	7,9	7,9
Ensino fundamental	41,9	35,5	42,8	36,0
Ensino fundamental completo	8,6	7,9	7,3	7,6
Ensino médio incompleto	7,7	7,7	6,6	6,9
Ensino médio completo	20,8	24,3	23,4	24,6
Ensino superior incompleto	4,5	4,7	4,2	4,9
Ensino superior completo	7,0	10,4	7,8	12,2

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE)

Verifica-se que o percentual de pessoas com 14 anos de idade ou mais por sexo e nível de instrução verificados na semana de referência da pesquisa. Os resultados apontaram que na categoria “Ensino fundamental completo ou equivalente” no ano de 2017 o sexo masculino obteve um percentual maior do que os das mulheres, entretanto, o ano de 2019 o sexo feminino obtém um resultado de 0,3 ponto porcentual a mais do que o sexo masculino. Já para a categoria “Ensino médio completo ou equivalente” o sexo feminino em 2017 obtém um resultado de 24,3 ponto porcentual enquanto o sexo masculino obtém um resultado de 20,8 ponto porcentual.

O ano de 2019 apresentou resultados próximos, em percentuais, indicando uma tendência a partir desse momento, pois enquanto o percentual do sexo masculino apontou um

¹ Neste caso, por metodologia de aplicação da PNAD os dados remetem ao 2º trimestre de cada ano.

resultado de 23,4% com nível médio ou equivalente, o percentual de mulheres com o mesmo nível de instrução apresentou um resultado de 24,6%, evidenciando uma disparidade nos resultados.

Durante o estudo, percebe-se que o rendimento médio do trabalhador sergipano com carteira assinada oscilou durante o período estudado, mantendo-se em queda no primeiro trimestre de 2019. Ressalta-se que os rendimentos apresentados foram deflacionados pelo INPC, tendo como data base a data de referência da pesquisa. Dessa forma, a renda é real, e não nominal.

Contudo, para concluir que a renda dos trabalhadores aumentou ou diminuiu deve-se aplicar a correção inflacionária do período. Sendo assim, tomar-se-á por base o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), que é utilizado para observar a inflação, a partir da variação dos preços de um conjunto de produtos e/ou serviços que são oferecidos no mercado para o consumidor.

A Tabela 6 comprova um resultado de perdas salariais em todas as categorias quando aplicadas as correções do IPCA.

Tabela 6 – Rendimento médio real, efetivamente recebido no mês de referência, do trabalho principal em Sergipe, 2012 a 2019, com correção do IPCA (R\$)

Trimestre	2012	2012*	2015	2015*	2017	2017*	2019	2019*
Empregado setor privado								
com carteira assinada	1.947	1.970	1.082	1.123	2.131	2.151	2.078	2.109
sem carteira assinada	841	851	1.059	1.099	688	694	744	755
Trabalhador doméstico								
com carteira assinada	1.150	1.171	1.307	1.357	1.335	1.347	1.332	1.352
sem carteira assinada	642	649	661	686	662	668	578	586
Empregado setor público								
com carteira assinada	3.640	3.684	4.171	4.330	6.617	6.680	8.105	8.227
sem carteira assinada	2.942	2.978	2.187	2.270	3.446	3.479	1.861	1.889
militares e estatutários	4.909	4.969	4.603	4.779	4.883	4.930	4.847	4.920
Empregador	5.932	6.004	5.988	6.217	4.522	4.565	4.655	4.725
Conta Própria	1.096	1.109	1.666	1.729	1.194	1.205	1.097	1.113

* Valor corrigido pelo IPCA

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE)

Nota-se assim, que o estado de Sergipe demonstra um indicativo de diferença salarial quando analisado o fator sexo, pois, independentemente do período observado, o rendimento

médio do trabalhador do sexo masculino é maior do que o rendimento médio do trabalhador do sexo feminino, escancarando uma disparidade salarial.

O grau de instrução também é fator preponderante para inserir-se ou não na informalidade. A Tabela 7 evidencia que a taxa de desocupação para quem possui nível superior ou equivalente, diminuiu do primeiro trimestre de 2012 ao primeiro trimestre de 2019.

Tabela 7 – Ocupados, desocupados e informais por nível de instrução em Sergipe, 2019

Nível de instrução	Ocupado		Desocupado		Informal	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
1º trimestre 2017						
Sem instrução	56.719	6,90	7.720	4,82	45.417	11,13
Fundamental incompleto ou equivalente	253.014	30,79	49.833	31,12	179.756	44,04
Fundamental completo ou equivalente	62.667	7,63	15.932	9,95	38.939	9,54
Médio incompleto ou equivalente	54.503	6,63	20.738	12,95	33.716	8,26
Médio completo ou equivalente	232.216	28,26	51.232	31,99	79.951	19,59
Superior incompleto ou equivalente	38.022	4,63	5.024	3,14	10.263	2,51
Superior completo	124.603	15,16	9.650	6,03	20.098	4,92
Total	821.744	100,00	160.129	100,00	408.140	100,00
1º trimestre 2018						
Sem instrução	56.603	6,71	10.586	5,97	44.646	9,90
Fundamental incompleto ou equivalente	260.535	30,88	49.760	28,09	194.476	43,12
Fundamental completo ou equivalente	59.712	7,08	13.743	7,76	39.166	8,68
Médio incompleto ou equivalente	55.453	6,57	15.942	9,00	37.731	8,37
Médio completo ou equivalente	231.232	27,41	68.011	38,39	95.216	21,11
Superior incompleto ou equivalente	44.117	5,23	9.829	5,55	14.256	3,16
Superior completo	136.009	16,12	9.301	5,25	25.481	5,65
Total	843.661	100,00	177.172	100,00	450.972	100,00
1º trimestre 2019						
Sem instrução	27.993	3,22	1.847	1,15	59.648	5,32
Fundamental incompleto ou equivalente	271.912	31,25	50.325	31,23	360.088	32,10
Fundamental completo ou equivalente	68.065	7,82	15.654	9,71	88.490	7,89
Médio incompleto ou equivalente	50.877	5,85	15.591	9,67	85.710	7,64
Médio completo ou equivalente	266.380	30,62	58.474	36,28	317.342	28,29
Superior incompleto ou equivalente	48.190	5,54	7.959	4,94	69.494	6,20
Superior completo	136.627	15,70	11.312	7,02	140.854	12,56
Total	870.044	100,0	161.162	100,0	1.121.626	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE)

Conclui-se que a taxa de informalidade permanece campeã nos mesmos níveis de instrução anteriormente mencionados, sendo para quem possui o nível fundamental incompleto

ou equivalente, seguido de quem possui o nível médio ou equivalente. Indaga-se, dessa forma, se o mercado de trabalho de Sergipe saturou sua capacidade de absorção da mão-de-obra com nível superior, ou se a qualidade do ensino prestado não mais garante a permanência do trabalhador em vagas que requeiram qualificação profissional alinhada aos requisitos dos empregadores na atualidade.

Apesar da presente pesquisa não apresentar como objetivo inicial discutir as questões de gênero, sexo ou temas relacionados a essa perspectiva, nesse momento, ressalta-se o perfil do trabalhador informal do mercado de trabalho sergipano. E tal contorno faz-se necessário, em decorrência de todos os dados levantados demonstrarem ser um fator relevante nas relações de trabalho.

As análises dos resultados da PNAD do IBGE, demonstraram que mulheres ganham menos que os homens. A Tabela 8 analisa a desocupação no mercado de trabalho sergipano de acordo ao sexo, e demonstra diferenciação da renda pela cor e sexo.

Tabela 8 – Taxa de desocupação por cor, segundo sexo e renda média do ocupado em Sergipe, 1º trimestre de 2019

Cor	Taxa de desocupação			Taxa de informalização			Renda média do ocupado		
	Mas	Fem	Total	Mas	Fem	Total	Mas	Fem	Total
Branco	11,0	11,7	11,3	57,6	47,1	52,8	2.366,41	1.814,77	2.121,11
Preto	18,3	16,4	17,4	48,0	53,7	50,8	1.668,03	1.118,43	1.408,77
Amarelo	-	13,7	6,6	-	61,3	43,7	1.501,84	1.367,31	1.442,04
Pardo	13,9	19,5	16,4	55,5	56,7	56,0	1.643,36	1.342,53	1.518,26
Indígena	14,5	10,9	12,9	37,1	88,0	60,6	1.667,13	730,38	1.233,57

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE)

Evidencia-se que mulheres pretas e indígenas constituem o percentual com menores rendimentos médios percebidos, ao passo que também demonstram a desigualdade de rendimentos comparado com profissionais declarados do sexo masculino. Dessa maneira, demonstrou-se que o mercado de trabalho sergipano é caracterizado pela baixa escolaridade, possui um percentual elevado de trabalhadores ocupados que não atingiram os maiores níveis de instrução e que os trabalhadores com baixa instrução são mais facilmente absorvidos pela informalidade.

Além do demonstrado, pesquisa destacou um grupo populacional específico, compreendido entre os 15 e 29 anos, doravante referidos como “jovens”. Analisou-se de forma

mais específica a condição dos jovens que se encontram fora da escola (não estudam) e não conseguem se realocar no mercado de trabalho (nem trabalham).

Percebe-se que a desigualdade de renda nasce na desigualdade de oportunidades sociais que impedem que todos partam do mesmo local: educação de qualidade. Verificou-se a importância da educação para evitar a informalidade, uma vez que a educação se tornou fator decisivo para o desenvolvimento e a revolução tecnológica que transformou a economia nas últimas décadas e criou um problema para trabalhadores e empregadores.

Contudo, a empregabilidade do trabalhador se mostrou diretamente relacionada com o nível de instrução adquirido pelo trabalhador ao longo de sua existência. Verificou-se que a informalidade e desocupação cresceram ao longo do período estudado, e pode-se dizer que a informalidade em Sergipe é estrutural, uma vez que o resultado da taxa de ocupados mostra-se inferior em todos os trimestres estudados.

As análises dos resultados da PNAD do IBGE, demonstraram que mulheres ganham menos que os homens, apesar de percentualmente se dedicarem mais ao ensino superior. Observou-se igualmente que o percentual de mulheres que cursam nível superior mostra-se maior que o dos homens, contudo, o rendimento médio do trabalhador do sexo masculino é maior em todo o período estudado.

Como tópico final da dissertação, notou-se que o mercado de trabalho sergipano por suas características de fragilidade histórica e desemprego estrutural, afeta os jovens de maneira mais contundente. E nesse ínterim, o termo “nem-nem”, mostrou-se associado a população em situação social de risco, indicando uma categoria ociosa, não participando na População economicamente Ativa (não estudam) e não frequentando o ensino formal (nem trabalha). Dessa forma, inserindo-se na maioria das vezes nas classes mais baixas da população,

Aos gestores públicos a pesquisa presente pesquisa pode trazer informações que sinalizem uma necessidade de melhor planejamento de políticas que sirvam à sociedade de maneira mais plena. Ao notar-se que um nível de trabalhadores vem se inserindo num estado de informalidade, fica perceptível a tendência de piora da situação e a necessidade de políticas públicas nas áreas da economia, educação e desenvolvimento social. A ação resultante desse melhor planejamento poderá vir ajudar a questão da informalidade, em virtude de a baixa qualificação não ser mais uma questão tão significativa da sociedade.

8 RECOMENDAÇÕES DE INTERVENÇÃO

A proposição de estratégias que levem à diminuição da informalidade no mercado de trabalho sergipano poderá ser concretizada a partir da adoção de políticas públicas eficazes baseada também em estudos complementares. De forma a contribuir com a sociedade e para a reflexão de possíveis estudos que abordem a informalidade, algumas indicações serão reunidas nos itens abaixo.

Para tal, após realizado o levantamento dos dados e discussão dos resultados, conclui-se que as variáveis analisadas do mercado de trabalho sergipano trazem um panorama da informalidade muito relacionados aos quesitos rendimento, sexo e nível de instrução, que se alinham aos paradigmas e exemplos encontrados na literatura embasada para realização dessa dissertação.

Pensa-se em propostas integradas entre as áreas, onde a formulação de políticas públicas possa ser articulada de maneira conjunta com as secretarias envolvidas. Dessa forma propõe-se recomendações que visam combater o panorama atual da informalidade no mercado de trabalho sergipano.

PROPOSTAS DE AÇÕES PARA REDUÇÃO DA INFORMALIDADE NO MERCADO DE TRABALHO SERGIPANO

1. OBJETIVO

Propõe-se um índice de ações para encaminhamento aos setores públicos responsáveis pela promoção de políticas sociais e econômicas com o intuito de reduzir o panorama da informalidade no mercado de trabalho sergipano.

2. AÇÕES PROPOSTAS

Com base nas recomendações da OIT para o trabalhador informal, após leituras acerca do tema propõe-se:

- Promover educação empreendedora para trabalhadores do mercado informal, através de parcerias com institutos públicos/privados, com intuito de ensinar/aprimorar boas práticas empresariais e aumentar a produtividade e visibilidade do comércio informal.
- Realizar programa de capacitação profissional e desenvolvimento humano para o público atuante na informalidade, para que a inserção no mercado de trabalho seja facilitada e promova uma melhora na qualidade de vida e na segurança do trabalho.
- Promover através de parcerias locais o acesso ao ensino profissional dos trabalhadores que atuam na informalidade, com vistas a melhorar a capacitação do público-alvo que atua fora da formalidade.
- Incentivar por meio de políticas públicas, a regularização dos serviços prestados na informalidade.
- Ofertar linhas de crédito específicas para quitação de dívidas do trabalhador informal.
- Implementar políticas de saúde pública com atenção à saúde do trabalhador atuante na informalidade.
- Promover melhorias sanitárias em locais necessários como feiras livres e regiões turísticas.
- Ampliar as políticas públicas educacionais para a formação técnica e profissional de jovens e adolescentes.
- Assegurar financiamento público, em nível municipal e estadual para qualificação de jovens de 14 a 24 anos.
- Garantir a concessão de bolsa de estudos para jovens entre 15 e 29 anos, pertencentes a famílias com renda familiar per capita de até 1/2 salário-mínimo, até a conclusão do ensino, atrelada à frequência escolar e à progressão.

9 DATA DA REALIZAÇÃO DO RELATÓRIO

29 de abril de 2022.

REFERÊNCIAS

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua**. Disponível em: <www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e> Acesso em: 01 jun. 2021.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica** – 5º ed – São Paulo: Atlas, 2003

MAGALHÃES, Marcos Nascimento; LIMA, Antonio Carlos Pedroso de. **Noções de probabilidade e estatística**. 2. ed. São Paulo: IME-USP, 2000. ix, 379p.